



REQUERIMENTO Nº 021 / 2015.

APROVADO	
Por	07
votos a favor,	
	-
votos contra	
abstenção(ões).	
Paraty,	16/10/2015
Presidente	

Excelentíssimo Senhor. Presidente

DD.: Luciano de Oliveira Vidal

Assunto: SOLICITA MINISTRA DO MEIO AMBIENTE, AO PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE- ICMBio E AO PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS – IBAMA, INFORMAÇÕES REFERENTE OS CRITÉRIOS PARA A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DE COMPENSAÇÕES FEDERAIS REFERENTE PROJETOS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO PÓLO PRÉ-SAL, BACIA DE SANTOS – ETAPA 1.

Requeiro ao Presidente desta Casa Legislativa, ouvido o Plenário na forma regimental com base no Artigo 167, Parágrafo 3, Inciso X e em conformidade com os Artigos 11 e 14 da Lei Orgânica de Paraty e baseado nas Leis nº 8.159 de 08/01/1991 e nº 11.111 de 05/05/2005 da Política Nacional de Arquivo e o Artigo 5º, que seja oficiada a **Ministra do Meio Ambiente, Exma. Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, o Presidente do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, com cópia para o Ministro Chefe da Casa Civil, Exmo. Sr. Aloízio Mercadante, o Deputado Federal Fernando Antonio Ceciliano Jordão, o Deputado Federal Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, o Chefe da Estação Ecológica de Tamoios – ESEC-Tamoios, o Chefe da APA-Cairuçu, o Chefe da Reserva Ecológica da Juatinga – REJ, Prefeito Municipal de Paraty, Exmo. Sr. Carlos José Gama Miranda,** solicitando informações referente os critérios para a destinação dos recursos de compensações federais referente projetos integrados de produção e escoamento de petróleo e gás natural no Pólo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 1, uma vez que Unidades de Conservação como a ESEC Tamoios, APA Cairuçu, APA Marinha Municipal, inseridas nas áreas de influência são diretamente impactadas por este empreendimento não sendo contemplada com as contra partidas ambientais do Pré Sal, Etapa 1, favorecendo Unidades de Conservação Federais não afetadas, como o PN Lagoa do Peixe (RS), PN Marinho de Fernando de Noronha (PE) e PN Sempre Vivas (MG).

Vale ressaltar que no primeiro momento (em 2011) os Municípios da Costa Verde como Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba estavam fora desse processo, após uma grande mobilização das Ucs e desta Casa Legislativa com o apoio dos demais



Municípios, conseguimos fazer com que esta região fosse contemplada através dos órgãos competentes. Em seguida as Ucs da região começaram a participar deste processo de licenciamento e chegaram a emitir relatórios pareceres e encaminhar suas reivindicações através do GTAC, instituído Portaria Nº 006/2013 pela CR-8.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente Requerimento pelos esforços empreendidos pela ESEC Tamoios no que tange ao licenciamento ambiental, quando esta UC foi solicitada a prestar análise do EIA/RIMA, ainda em 2011 e a partir de 2013 quando passou a integrar o Grupo de Trabalho para Acompanhamento de Condicionantes – GTAC, instituído pela CR-8, através da Portaria nº 06 de 26/05/2013, referente o licenciamento ambiental dos Projetos Integrados de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Pólo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 1, foram determinantes em comprovar que a área de escoamento marítimo da produção do empreendimento incluía a utilização do Terminal Maximiliano da Fonseca de Angra dos Reis (TEBIG). A autorização para Licenciamento Ambiental expedida pelo ICMBio explicita quais são as Unidades de Conservação afetadas pelo empreendimento, dentre as quais figura a Estação Ecológica de Tamoio – ESEC Tamoios. Entretanto, na 29ª Reunião do Comitê de Compensação Ambiental Federal, onde foi determinado o montante de R\$ 57.701.582,50 (cinquenta e sete milhões, setecentos e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos) a ser distribuído entre as UC's a título da Compensação Ambiental referente a Etapa 1 do Pré-Sal, somente quatro milhões foram destinados a UC's do Estado do Rio de Janeiro; sendo que nenhuma federal incidente em nosso território. Estranhamente, foram liberados mais de 50% (cinquenta por cento) desses recursos para Parques Nacionais inseridos em estados distantes das áreas impactadas pelo empreendimento, como os estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Nenhum recurso foi destinado à ESEC Tamoios, ou outra UC federal inserida nos limites das áreas afetadas direta ou indiretamente pela extração e escoamento de petróleo e gás do Pré-Sal, no Estado do Rio de Janeiro.

APROVADO	
Por	01 votos a favor,
	— votos contra
e	— abstenção(ões).
Paraty	11/05/15
Luciano de Oliveira Vidal Vereador	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



Vale ressaltar que no primeiro momento (em 2011) os Municípios da Costa Verde como Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba estavam fora desse processo, após uma grande mobilização das Ucs e desta Casa Legislativa com o apoio dos demais Municípios, conseguimos fazer com que esta região fosse contemplada através dos órgãos competentes. Em seguida as Ucs da região começaram a participar deste processo de licenciamento e chegaram a emitir relatórios pareceres e encaminhar suas reivindicações através do GTAC, instituído Portaria Nº 006/2013 pela CR-8.

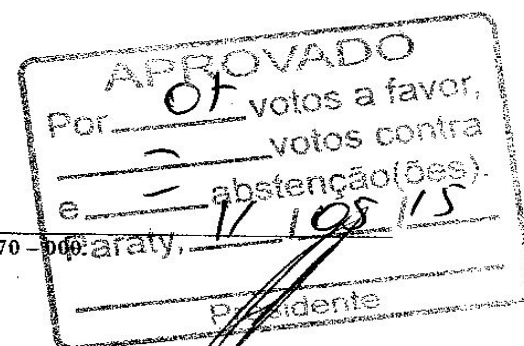
No Processo Nº 02070.002025/2011-17 do ICMBio foi emitida a autorização Nº 009/2012-retificação Nº 01/2015, onde incluía como compensação ambiental as Ucs de Paraty, incluindo a ESEC Tamoios.

Infelizmente não entendemos por que tanto o Ministério do Meio Ambiente quanto o IBAMA e o ICMBio, através da 29ª reunião ordinária em 31/07/2014 do Comitê de Compensações Ambientais Federal não incluiu as Ucs federais da nossa cidade e incluíram Ucs de outras regiões que não são afetadas pelo Pré Sal como é o caso do PN Lagoa do Peixe, PN Marinho de Fernando de Noronha e PN Sempre Vivas, conforme Ata do CCAF em anexo.

Ficamos surpresos com a postura do CCAF excluindo as Ucs da nossa região e contemplando outras Ucs de maneira absurda, injusta e desrespeitosa já que não sofrem influência do Pré Sal, conforme foi apresentado na última reunião da ESEC Tamoios em 08/04/15, conforme Ata em anexo.

Ante o exposto solicito o que segue:

- 1- Solicito explicações dos membros do CCAF em relação a postura tomada e o porquê das Ucs federais da nossa região terem sido excluídas desse processo;
- 2- Solicito informação referente ao posicionamento da Ministra do Meio Ambiente e dos Presidentes do ICMBio e do IBAMA;
- 3- Solicito que seja revista esta situação perante o CCAF e as demais autoridades competentes para que as Ucs da região possam ser contempladas, e
- 4- Solicito um posicionamento do Ministério Público Federal diante desta situação para que seja cumprida a lei neste aspecto para garantir aporte de recurso para as Ucs da nossa região.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



Dessa forma, inconformados com a destinação dos recursos, que consideramos arbitrária e ilegal, solicitamos às esferas federais que se pronunciem e esclareçam os critérios que justifiquem essa distribuição.

Isto posto, é o que se **REQUER** junto ao Ministério do Meio Ambiente, a pedido desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2015.

Luciano de Oliveira Vidal
Vereador

Autor

Luciano de Oliveira Vidal
Vereador – Vidal
PMDB

APROVADO	
Por	<u>01</u> votos a favor.
e	<u>0</u> votos contra
Paraty,	<u>11</u> abstenção(ões).
Presidente	<u>11 105 115</u>